



— Informativo Temático —

Secretaria de Estado de Governo – SEGOV

**1º Quadrimestre – 2019
10/6/2019**

**Comissão de Administração Pública
Comissão de Constituição e Justiça
Comissão de Participação Popular**

Índice

Comissão: Administração Pública.....	3
Tema: O impacto mensal e anual na economia estadual da redução de secretarias e cargos comissionados.....	3
Comissão: Constituição e Justiça.....	5
Tema: Mecanismos de aprimoramento do pacto federativo, com ênfase entre Estado e municípios, bem como da relação entre Executivo e Legislativo.....	5
Comissão: Participação Popular.....	8
Tema: Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.....	8
Tema: Execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão para o exercício 2019.....	11

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Governo

1º quadrimestre – 2019

10/06/2019

Comissão: Administração Pública

Tema: O impacto mensal e anual na economia estadual da redução de secretarias e cargos comissionados

1) Contextualização

- [A Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado, tem como objetivo é gerar uma economia de recursos para o Estado por meio da reformulação da estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo, além da redução de cargos de provimento em comissão. Entre outras medidas, o projeto reduz de 21 para 12 o número de secretarias, apenas oito delas com secretário adjunto.
- A expectativa do governo é gerar com a reforma uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão em quatro anos, sendo R\$ 235 milhões por ano. Dos R\$ 235 milhões, R\$ 39,1 milhões são oriundos da economia com cargos em comissão, funções gratificadas e gratificações da administração direta; R\$ 139,6 milhões com ganhos de eficiência, dos quais R\$ 60 milhões já foram realizados (efetivados) até o momento; e R\$ 56,4 milhões em ganhos esperados com reformas futuras na administração indireta.
- Segundo estudo elaborado na Consultoria da Casa a economia anual estimada pela redução de cargos de direção e assessoramento (DAD's) é de R\$ 28,415 milhões (vinte e oito milhões quatrocentos e quinze mil reais), de R\$ 513 mil (quinhentos e treze mil reais) em gratificações temporárias estratégicas (GTE's) e R\$ 7,391 milhões (sete milhões trezentos e noventa e um mil reais) em funções gratificadas (FGD's). Soma-se a isso a diminuição do quantitativo de cargos de secretários e secretários adjuntos, o que gerará uma redução na despesa calculada em R\$ 2,859 milhões (dois milhões oitocentos e cinquenta e nove mil reais) anuais. No total, a economia anual prevista com a redução dos cargos de provimento em comissão é de R\$ 39,180 milhões (trinta e nove milhões cento e oitenta mil reais).

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Aprovação da [Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado.

- Em 20/3/2019, foi realizada na Casa audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde, Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária, que lotou o Auditório José Alencar durante todo o dia para discutir a proposta de reforma administrativa na presença de gestores, deputados, servidores do Executivo e representantes de entidades.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Governo

1º quadrimestre – 2019

10/6/2019

Comissão: Constituição e Justiça

Tema: Mecanismos de aprimoramento do pacto federativo, com ênfase entre Estado e municípios, bem como da relação entre Executivo e Legislativo.

1) Contextualização

O princípio federativo aparece na [Constituição da República de 1988](#) – CRFB/88 – como cláusula pétrea, impossível, portanto, de ser abolida ([art. 60, § 4º](#)). Como princípio de organização política, ele pressupõe a autonomia política e financeira dos entes menores e garante a unidade da Federação, formada “*pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal*”.

De acordo com o [art. 18 da CRFB/88](#), “*a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos (...)*”.

A CRFB/88 garante autonomia política ao autorizar os estados-membros a legislar, a estatuir ordens constitucionais próprias e a exercer os Poderes que habitualmente modelam o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A autonomia financeira do ente federado é assegurada com a outorga da competência tributária, na forma dos artigos [153](#) (União), [155](#) (Estados e Distrito Federal) e [156](#) (Municípios e Distrito Federal). Fortalecendo as finanças dos entes subnacionais, os artigos 157 a 159 determinam as transferências de receitas de tributos, de modo a complementar os recursos necessários para que cada ente cumpra seu papel constitucionalmente.

Firmado o pacto federativo em 1988, é fundamental a manutenção do equilíbrio federativo e da autonomia financeira dos entes federados. Um “federalismo cooperativo”, no qual as várias esferas de governo atuam conjuntamente, somente pode ser construído se as unidades subnacionais tiverem verdadeira autonomia decisória e capacidade de autofinanciamento.

A maior parte dos analistas do federalismo concorda que houve recentralização nos anos 1990, em razão da aprovação de normas que alteraram ou regulamentaram a CRFB. Essas normas reduziram a autonomia financeira dos estados e municípios, prejudicando a condução de programas sociais, bem como aumentaram o poderio fiscal da União. No campo da repartição das receitas públicas igualmente se percebe o desequilíbrio de forças em favor da União, desequilíbrio este que, ao longo dos últimos

anos, aprofundou-se, de sorte a promover a completa “inversão do quadro de partilha constitucional”.¹ Além de já deter a maior fatia da arrecadação,² a União aprovou renúncias de impostos cuja arrecadação é compartilhada com os estados e municípios, a exemplo do que ocorreu com o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, e ampliou as contribuições, seja criando novas ou majorando as existentes³, desvinculando parcela das suas receitas.

O aprimoramento do pacto federativo passa por uma revisão da tributação brasileira e da repartição das receitas dos tributos, que, naturalmente, deve se dar no âmbito do Congresso Nacional. O intuito democrático e descentralizador previsto originalmente na CRFB/88 deve ser restaurado, impondo-se a revisão, por exemplo, da imunidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – para os produtos primários, instituída a partir da [Emenda à Constituição nº 42, de 2003](#), que prejudicou fortemente os estados exportadores, como Minas Gerais.

Em Minas Gerais, avançou-se na distribuição de parcela do ICMS com a “Lei do ICMS Solidário” – a [Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009](#) – que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Essa lei, é relevante mencionar, foi resultado de um Fórum Técnico ICMS Solidário, realizado por esta Casa legislativa em 2007, que percorreu as regiões do Estado e contou com a participação de lideranças políticas e sociais. De forma inovadora, a lei elevou o montante de recursos de critérios distributivos, entre eles, o critério “ICMS Solidário” e o “Mínimo *per capita*”, que possibilitaram um aumento da receita de municípios mais pobres. Evidentemente, tais regras podem ser alteradas em prol da valorização das políticas públicas e, em última análise, do fortalecimento da Federação.

No que diz respeito à relação entre o Executivo e o Legislativo, faz-se necessário seu aprimoramento, em todas as esferas federativas, sobretudo no âmbito do Estado de Minas Gerais, de modo a preservar a autonomia funcional de cada um deles, sem prejuízo do exercício dos mecanismos de controle recíproco entre eles (sistema de freios e contrapesos), os quais devem ser respeitados em prol da manutenção do equilíbrio e da harmonia entre os Poderes.

1 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 1.346-1.380, p. 1.353 e ss.

2 No exercício financeiro de 2016, a Receita Federal do Brasil noticia que a União deteve 68,27% da arrecadação, ao passo que os estados ficaram com 25,40% e os municípios, 6,34% do total (BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Carga Tributária no Brasil – 2016**: análise por tributo e bases de incidência. Brasília: Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, dez/2017. p. 3). Após a repartição constitucional das receitas tributárias (arts. 157 a 159), constata-se, nos últimos anos, que 57% do total arrecadação fica em Brasília, 25% nos estados e 18% nos municípios.

3 Por exemplo, foram criadas as seguintes contribuições: CPMF em 1996 – EC 12; Cide-Royalties em 2000 – Lei 10.168; Cide-combustível em 2001 – EC nº 33 e Lei nº 10.336; PIS e COFINS sobre importação em 2004 – Lei 10.865); Além disso, houve majoração substancial das contribuições já existentes: majoração da alíquota da CPMF – que era originalmente 0,20% e subiu para 0,38%, majoração da alíquota da COFINS de 2% e subiu para 3% em 1998 (art. 8º da Lei 9.718), majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS para atingir toda a receita das empresas em 1998 (EC 20/98 e art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98), majoração da alíquota e da base de cálculo da CSSL e, já em 2002/2003, implementação do PIS/COFINS não-cumulativo que acabou aumentando em grande medida o valor arrecadado com as duas contribuições.

2) Destaques da atuação da ALMG

Matérias em tramitação

- **Projeto de Lei nº 499/2019:** Determina o repasse automático dos valores cabíveis aos municípios por determinação do [artigo 158 da Constituição Federal](#) e da [Lei Complementar nº 63/90](#) referentes ao recebimento de IPVA e ICMS pelo Estado de Minas Gerais. (em tramitação na atual legislatura);
- **Projeto de Lei nº 920/2015:** Altera a [Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009](#), que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. (Anexados: [PL 1.150/2015](#); [PL 4.773/2017](#); [PL 360/2019](#); [PL 651/2019](#); [PL 686/2019](#))

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – Jan-Abril/2019:

Programa 069 – Fortalecimento das relações entre o Poder Legislativo e o Executivo.					
Ação 2036 – Intermediação do diálogo entre parlamentares e Poder Executivo (1491 – Segov). Finalidade – Estreitar os laços entre os membros dos Poderes Legislativos e o Poder Executivo, através do trabalho de interlocução da Subsecretaria junto aos parlamentares.					
Meta Financeira (R\$ 1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (reunião com parlamentares e membros do governo realizada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000	0	0,00	48	0	0,00
Programa 702 – Obrigações Especiais.					
Ação 7844 – Transferências Constitucionais a Municípios (1911 – EGE – SEF – Encargos). Finalidade – Cumprir determinação constitucional de repartição da arrecadação tributária.					
Meta Financeira (R\$ 1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (Valor Transferido em R\$ mil)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
15.450.493.445	6.298.526.061	40,77	15.450.493	6.298.506	40,77

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: ____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Governo

1º quadrimestre – 2019

10/6/2019

Comissão: Participação Popular

Tema: Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI

1) Contextualização

- O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – é um plano estratégico de longo prazo, que consolida um conjunto de grandes escolhas para a construção do futuro do Estado. Sua elaboração está prevista no [art. 231 da Constituição Estadual de 1989](#) – CE/89 –, que o estabelece como referência para a elaboração dos planos de médio e curto prazos, bem como para os planos setoriais destinados a políticas públicas específicas, tornando-o peça fundamental no planejamento do Estado. Para incentivar o desenvolvimento de Minas Gerais em todas as áreas da ação governamental, a CE/89 determina uma total integração entre o PMDI e os instrumentos de planejamento e orçamento, como a Lei Orçamentária Anual – LOA –, o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Dessa forma, o PMDI se incorpora ao ciclo orçamentário, garantindo a articulação, a interdependência e a compatibilidade desses instrumentos, com o objetivo de buscar a integração das atividades de planejamento, orçamento e gestão da administração pública estadual (vide arts. 154 e 157 da [Constituição Estadual](#)).
- A dinâmica da sociedade nos campos social, econômico, político e cultural requer que os planos de longo prazo sejam atualizados. Tal é o caso do PMDI: um plano de longo prazo, em que cada governo conservará a prerrogativa de atualizá-lo, revê-lo ou mesmo restabelecê-lo, à luz da respectiva plataforma política. Assim, o processo de atualização do PMDI permite que as diretrizes e os objetivos estratégicos de longo prazo sejam renovados, com vistas à sua utilização pelo governo na implementação das políticas públicas e na gestão governamental.
- Já o PPAG sistematiza, para um período de quatro anos e de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver, com suas ações, isto é, todos os projetos e atividades previstas para garantir a entrega à sociedade ou à própria administração pública de um produto – bem, serviço ou transferências financeiras –, com os respectivos quantitativos físicos e financeiros. Via de regra, o PPAG passa por uma revisão anual para que haja a adequação do planejado às necessidades e à conjuntura anual e, por consequência, ao orçamento anual. A revisão é estabelecida na lei que institui o Plano.

- O PPAG é estruturado em programas e ações. O programa é o instrumento de organização da atividade governamental que estabelece as ações a serem implementadas e os resultados a serem alcançados. Ele funciona como elemento integrador do planejamento, do orçamento e da gestão, e resulta do reconhecimento de carências, demandas administrativas, sociais, econômicas e de oportunidades, devendo ser elaborado em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas no PMDI. Os programas são conformados por uma ou mais ações, que são as unidades básicas de gestão e definição de metas do PPAG, a partir das quais são detalhadas as despesas orçamentárias. Cada ação é composta por um conjunto de operações e etapas, em que se articulam recursos humanos, materiais, tecnológicos, políticos, gerenciais, institucionais e orçamentários, em prol da entrega de um produto destinado a determinado público-alvo que se beneficiará direta e legitimamente daquela atuação governamental.
- Embora a atribuição de estruturação e elaboração dos planos de governo sejam da Secretaria de Planejamento e Gestão, a Secretaria de Estado de Governo – Segov – exerce um papel fundamental de articulação com os demais Poderes, notadamente o Poder Legislativo e demais órgãos e entidades do Poder Executivo.

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Por determinação constitucional, como destacado no tópico acima, a ALMG recebe os Projetos de Lei do PMDI e do PPAG, que tramitam em rito próprio ([vide art. 154 da Constituição Estadual de 1989](#) e arts. 204, 205 e 206 do [Regimento Interno da ALMG](#)). Os projetos de lei recebem emendas parlamentares (observa-se que, a partir de 2019, as emendas parlamentares são impositivas, como determina a [Emenda à Constituição nº 96, de 26/7/2018](#), e [Decisão da Mesa de 10/10/2018](#)) e emendas por sugestões populares.
- A sociedade civil participa de um processo de discussão, tanto do projeto de lei que atualiza o PMDI quanto dos projetos de elaboração e de revisões do PPAG, no momento em que são encaminhados, pelo Poder Executivo, à ALMG. Esse processo é realizado desde 2003 pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Informações sobre as estruturas do PMDI e do PPAG são repassadas à população para que seja possível a elaboração, por parte dessa mesma população, de sugestões de alteração desses planos a partir de dinâmicas e de discussões em grupos de trabalho.
- Na última legislatura, foram realizados processos participativos de discussão sobre os Projetos de Lei do PMDI e do PPAG:
 - 2015 – Atualização do PMDI 2016-2027 – [Lei nº 21.967, de 12/1/2016](#);
 - 2015 – Elaboração do PPAG 2016-2019 – [Lei nº 21.968, de 14/1/16](#);
 - 2016 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2017 – [Lei nº 22.475, de 29/12/16](#);

- 2017 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2018 – [Lei nº 22.942, de 12/1/18](#);
- 2018 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2019 – [Lei nº 23.288, de 9/1/19](#).

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – Jan-Abril/2019:

Programa: 148 – Coordenação da Ação Governamental.					
Ação 4629 – Coordenação do processo de elaboração e gestão do planejamento e orçamento estadual (UO: 1501 – Seplag). Finalidade – Organizar e dispor de materiais, recursos, técnicas, métodos e pessoas para auxiliar os órgãos e entidades estaduais na elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, em consonância com estratégia governamental previamente definida.					
Meta Financeira (R\$ 1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (Documento de planejamento/orçamento publicado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
473.369	53.020	11,20	16	5	31,25

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: __. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Governo

1º quadrimestre – 2019

10/6/2019

Comissão: Participação Popular

Tema: Execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão para o exercício 2019

1) Contextualização

- Em Minas Gerais, o planejamento e o orçamento são elaborados por meio de um conjunto de instrumentos legais de longo, médio e curto prazos. São eles o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, inovação trazida pela Constituição Estadual que corresponde ao planejamento estratégico da atuação governamental no longo prazo; o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –; e a Lei Orçamentária Anual – LOA. O PPAG corresponde ao planejamento de médio prazo do governo; define as estratégias, diretrizes e metas da administração por um período de quatro anos. A LOA estabelece todas as receitas e despesas do governo para o ano seguinte. E a LDO estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo e na sua discussão, votação e aprovação, pelo Legislativo, define as ações do planejamento que terão prioridade no orçamento e também estabelece compromissos fiscais que darão sustentabilidade a essas ações a longo prazo.
- O grande debate que se apresenta atualmente, face à grave crise fiscal e financeira por que passa o governo, diz respeito à execução do planejado no PPAG e na LOA para o ano de 2019. Na esteira dessa discussão, a execução das emendas oriundas de sugestões populares, apresentadas no processo participativo de discussão do PPAG, passa a ter centralidade, já que essas emendas resultaram de um processo intenso de discussão sobre o PPAG na ALMG.
- A Segov, que possui como uma de suas atribuições o acompanhamento das proposições e atividades parlamentares na ALMG, é órgão parceiro no processo participativo de discussão do PPAG realizado pela Assembleia. É por meio dessa Secretaria que acontece a articulação com a ALMG e os demais órgãos do Poder Executivo para a execução das emendas oriundas de sugestões populares.

2) Destaques da atuação da ALMG

- Desde 2003, o projeto de lei que institui o PPAG e suas revisões anuais são discutidos com a sociedade civil em evento da ALMG, realizado em parceria com o governo do Estado. O processo de elaboração e de revisão do PPAG na Assembleia é conduzido por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – FFO –, que recebe e analisa as emendas parlamentares. A elaboração e a revisão do PPAG são, ainda, abertas à participação da sociedade civil por meio da Comissão de Participação Popular – PPO –, que atua em conjunto com a FFO e demais comissões temáticas.
- Recebido o projeto de lei de elaboração ou de revisão do PPAG, a PPO e a FFO realizam audiências públicas em que são formados grupos de trabalho nos quais são discutidas a execução do plano e suas alterações, sendo aí também recebidas sugestões populares de alteração elaboradas coletivamente nesses grupos. A PPO analisa as sugestões populares, as transforma em propostas de ação legislativa – PLEs – e sobre elas emite um parecer, que pode resultar em uma emenda, de autoria da Comissão, ao Projeto de Lei de Revisão do PPAG ou ao Projeto de Lei Orçamentária, e/ou em requerimento de pedido de informações ou de pedido de providências a órgão ou entidade governamental.
- No processo de discussão do [Projeto de Lei nº 5.405/2018](#), que dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício 2019, foram apresentadas 316 sugestões populares, elaboradas em 17 grupos de trabalho, relativos aos 5 eixos temáticos que organizam o PPAG. Os grupos de trabalho foram realizados entre os dias 30 de outubro e 8 de novembro. Os relatórios com as sugestões foram entregues por relatores, escolhidos pelos participantes de cada grupo, à Comissão de Participação Popular na audiência pública de encerramento, ocorrida em 8 de novembro. Foi registrada a presença de 445 cidadãos, representando 147 instituições.
- Após análise e aglutinação das sugestões recebidas no processo participativo de discussão do PPAG, foram geradas 77 PLEs, que opinavam pela apresentação de 69 emendas ao PPAG, 53 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária e 160 requerimentos com pedido de providências ou de informações a órgãos e entidades do Poder Executivo, a fim de exercer a fiscalização das políticas públicas estaduais. A essas PLEs foram somadas mais três PLEs, originadas do evento Parlamento Jovem de Minas 2018, que sugeriram a apresentação de uma emenda ao PPAG, três emendas à LOA e 13 requerimentos, totalizando, ao final, 80 PLEs apreciadas pela Comissão de Participação Popular, que foram acolhidas na forma de 70 emendas ao PPAG, 56 emendas à LOA e 173 requerimentos.
- O processo de discussão do Projeto de Lei do PPAG 2016-2019 para o exercício 2019 mobilizou um total de R\$20.000.000,00, englobando, nesse montante, previsões de recursos para novas ações (13 novas ações foram criadas), acréscimos de meta financeira em ações já existentes ou especificação de objetos de gasto com ou sem acréscimos de recursos. A

distribuição de recursos entre os eixos foi a seguinte: R\$8,7 milhões (43,58% do total) destinados ao eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; R\$5,9 milhões (29,77% do total) destinados ao eixo Saúde e Proteção Social; R\$1,5 milhão (7,9%) para o eixo Segurança Pública; R\$2,5 milhões (12,6%) para o eixo Educação e Cultura; R\$230 mil (1,15%) para o eixo Infraestrutura e Logística; e R\$1 milhão (5%) para o eixo Governo.

- Ressalte-se que, até 30/4/2019, apenas a emenda da ação 4302 – Operacionalização das ações do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec (programa 135) apresenta R\$ 8.300,00 empenhados, valor que corresponde a 8,3% do montante da emenda aprovada, de R\$100.000,00. As demais ações que foram objetos de emenda por sugestão popular não tiveram execução (0% de execução) até a referida data. Do montante de R\$20.000.000,00 aprovado no processo participativo de discussão do PPAG, houve empenho de apenas R\$ 8.300,00, o que perfaz um percentual de execução de 0,04%.

3) Emendas por sugestão popular aprovadas e impactos orçamentários:

Quadro 1 – Emendas por sugestão popular aprovadas e impactos orçamentários

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
003	2003	Gestão da Infraestrutura Predial	Acréscimo de recursos para a manutenção da Casa da Mulher Mineira, em Belo Horizonte (despesas correntes).	200.000	PCMG
022	4650	Enfrentamento da Violência contra a Mulher	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial, para a manutenção de 3 Unidades Móveis de Atendimento à Mulher – Ônibus Lilás –, ao custo de R\$200.000,00, cada, em Araçuaí, Belo Horizonte e Ponte Nova (despesas correntes).	600.000	SEDPAC
070	2037	Divulgação Governamental	Acréscimo de recursos para a realização de campanhas e ações de propaganda de caráter educativo, informativo ou de orientação social para conscientizar a população Sobre a violência e o assédio sexual e desmistificar o padrão da mulher utilizado na mídia (despesas correntes).	200.000	SEGOV
189	4508	Apoio à Realização de Eventos Esportivos	Acréscimo de recursos para a realização da II Copa de Futebol da Juventude Rural de Minas Gerais. (despesas correntes).	200.000	SEESP
189	4138	Promoção do Esporte Indígena	Acréscimo de recursos para a realização dos Jogos Indígenas de Minas Gerais (despesas correntes)	199.000	SEESP
140	4370	Formação, Capacitação e Profissionalização Artística e Cultural	Alteração do produto para “ação de capacitação”; alteração da unidade de medida para “ação”, e acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no território Multiterritorial, para a realização do projeto “Periferias em Rede” (despesas correntes).	200.000	SEC

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
140	4366	Estímulo e Apoio às Culturas Urbanas	Acréscimo de meta física (2) e financeira (R\$220.000,00) no Território Metropolitano, para a realização do “Dia das Favelas” (R\$200.000,00), e para a realização da “Mostra Puxadinho” (R\$20.000,00) (despesas correntes).	220.000	SEC
140	4356	Fomento às Artes Cênicas	Acréscimo de meta física (2) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização do 8º Festival de Teatro de Araçuaí (R\$100.000,00), e para a realização do 12º Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha – Festeje (R\$100.000,00) (despesas correntes).	200.000	SEC
140	4360	Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais	Acréscimo de meta física (5) e financeira (R\$870.000,00) no Território Multiterritorial, para: <ul style="list-style-type: none"> • realização do 36º Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha – Festivale (R\$ 250.000,00); • apoio aos artesãos expositores no Festivale (R\$ 60.000,00); • realização do Mucuriarte (R\$ 250.000,00); • apoio aos artesãos expositores no Mucuriarte (R\$ 60.000,00); • realização do Festival de Quadrilhas do Jequitinhonha (R\$ 50.000,00); • realização do Circuito Cultural “Entre Cantos na Beira do Fanado”, em Minas Novas, Capelinha, Turmalina e Angelândia (R\$ 50.000,00); • realização do Circuito Cultural Quilombola do Vale do Mucuri (R\$150.000,00) (despesas correntes). 	870.000	SEC
140	4364	Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural	Acréscimo de meta física (5) e financeira (R\$560.000,00) no Território Multiterritorial, para: <ul style="list-style-type: none"> • realização da Feira de Cultura Popular do Sul de Minas (R\$ 200.000,00); • realização do Festival Regional de Arte, Cultura e Gastronomia – Montanhas Cafeiras (R\$ 60.000,00); • Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG (Via Associação dos Produtores e Agentes Culturais Através da Arte de Padre Paraíso – Apaca (R\$ 200.000,00); • realização do 33º Salão Nacional de Poesia Psiu Poético, em Montes Claros (R\$ 50.000,00); • realização da Festa Literária de Sabará, pelo Instituto Cultural Aníbal Machado/Borrachaloteca (R\$ 50.000,00) (despesas correntes). 	560.000	SEC
140	4353	Apoio, Estímulo, Difusão e Internacionalização de Projetos Culturais do Setor Audiovisual	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$20.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização da Terceira Mostra de Cinema de Fama (despesas correntes)	20.000	SEC
138	4345	Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos	Acréscimo meta física e financeira no Território Metropolitano, para a implantação do Centro de Referência do Circo (R\$150.000,00) e da Casa dos Artistas (R\$ 200.000,00), em Belo Horizonte (despesas de capital).	350.000	SEC
135	4302	Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec	Acréscimo de recursos na ação para a operacionalização das atividades do Consec (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	100.000	SEC

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
106	4269	Política de Atendimento ao Estudante	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (125) e financeira (R\$600.000,00) para ampliação da política de atendimento ao estudante (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	600.000	UEMG
022	2065	Educação Profissional de Segurança Pública	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (100) e financeira (R\$150.000,00), para a capacitação de 100 policiais militares para atuação nas Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDS – da PMMG. (despesas correntes).	150.000	PMMG
022	4280	Proteção Emergencial às Pessoas Ameaçadas	Acréscimo de meta física (199) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial para ampliação do atendimento emergencial a pessoas em situação de grave ameaça à sua integridade física ou risco de morte iminente (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	100.000	SEDPAC
022	4153	Enfrentamento a Violência Contra a Juventude Negra	Acréscimo de recursos na ação para o desenvolvimento de ações direcionadas à juventude negra, especialmente no que se refere à execução de projetos de introdução a lazer e cultura, inserção em cursos profissionalizantes e recuperação e/ou redução de danos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (despesas correntes).	42.000	SEDPAC
022	4650	Enfrentamento da Violência contra a Mulher	Acréscimo de recursos na ação para ampliação das ações de enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da cidade (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	100.000	SEDPAC
036	4156	Operacionalização e Implementação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade	Alteração do nome da ação, incluindo a manutenção; alteração de finalidade para: Implantar, implementar, preservar, operacionalizar e manter equipamento público destinado à preservação e difusão da memória e verdade; e acréscimo de meta financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de projeto executivo de instalação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade (despesas correntes).	200.000	SEDPAC
036	4548	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social	Alteração da finalidade da ação para: Realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso a direitos e a participação social, e realizar conferências regionais e estaduais como forma de propiciar a efetivação de mecanismos de democracia participativa e controle social visando a defesa e a promoção dos direitos humanos; e acréscimo dos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri, com metas físicas (1, 2 e 1, respectivamente) e financeiras (R\$70.000,00, R\$140.000,00 e R\$70.000,00, respectivamente), para a realização de peças teatrais e atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes dos territórios acrescidos, sobre a temática do enfrentamento da violência sexual (despesas correntes).	280.000	SEDPAC

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
036	4652	Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo	Alteração do nome da ação, incluindo o respeito à diversidade religiosa; alteração da finalidade para: Promover ações visando ao respeito da diversidade religiosa e ao empoderamento da população negra, voltadas especialmente para religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros de promoção da igualdade racial e gestores de políticas públicas de igualdade racial, como forma de reconhecimento de direitos, promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo; acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$150.000,00), para a formação e capacitação sobre diversidade religiosa e igualdade racial, especialmente de religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros e gestores de políticas públicas de promoção da igualdade racial (despesas correntes).	150.000	SEDPAC
036	4544	Operacionalização da Casa de Direitos Humanos	Acréscimo de recursos na ação para manter a estrutura da Casa de Direitos Humanos, com vistas a possibilitar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, promovendo a igualdade e garantindo a dignidade (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	300.000	SEDPAC
036	AÇÃO NOVA	Elaboração e Implementação de Planos Estaduais de Políticas Públicas a Públicos Específicos	Inclusão de ação destinada à elaboração e implementação dos Planos Estaduais da Promoção da Igualdade Racial – Planepir –, da população LGBTI – Minas Sem LGBTIFobia –, de Políticas para Mulheres, da Pessoa com Deficiência – Minas Inclui –, e da Política para a População em Situação de Rua, com meta física (5) e financeira (R\$500.000,00), no Território Multiterritorial (despesas correntes).	500.000	SEDPAC
036	AÇÃO NOVA	Manutenção do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua	Inclusão de ação destinada a equipar e manter o Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, como espaço de efetivação da defesa de Direitos Humanos deste público no Estado, e implantar polos (ou centros) regionais para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, fornecendo suporte técnico aos municípios, com meta física (1) e financeira (R\$200.000,00), no Território Multiterritorial.	200.000	SEDPAC
019	4114	Qualificação da Rede de Proteção, Promoção da Valorização Cultural e Qualificação Profissional	Acréscimo de recursos na ação, para a implantação da Escola Metropolitana de Agroecologia na Unidade da Fucam em Esmeraldas (despesas correntes).	500.000	FUCAM
128	2120	Articulação Institucional em Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	Alteração de finalidade da ação para: Construir estratégias e condições favoráveis e realizar capacitações para o desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional sustentável através dos órgãos e entidades da administração pública estadual. E acréscimo de meta física (9) e financeira (R\$100.000,00) no território Metropolitano, sem especificação do objeto do gasto (despesas correntes).	100.000	SEPLAG

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
128	4207	Tecnologias Sociais e Infraestrutura Hídrica de Contenção, Reservação de Água e Proteção Ambiental	Acréscimo de recursos na ação para possibilitar o acesso à água para consumo humano, animal e produção de alimentos no semiárido mineiro, alinhado com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (não houve especificação do objeto do gasto).	300.000	EMATER
115	4320	Manutenção do Conselho Estadual e da Gestão Compartilhada e Participativa do Suas	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial, para realizar encontros regionais para os 22 Fóruns Regionais e as 22 Uniões Regionais dos Conselhos Municipais de Assistência Social – Urcmas. (despesas correntes).	380.000	FEAS
127	4423	Qualificação Profissional	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial para viabilizar a implementação de programa baseado na Metodologia de Aprendizagem, que atenda jovens de 15 a 23 Anos (R\$50.000,00) e para a qualificação profissional de pessoas em situação de rua (R\$50.000,00) (despesas correntes).	50.000	SEDESE
127	4423	Qualificação Profissional	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial para viabilizar a implementação de programa baseado na Metodologia de Aprendizagem, que atenda jovens de 15 a 23 Anos (R\$50.000,00) e para a qualificação profissional de pessoas em situação de rua (R\$50.000,00) (despesas correntes).	50.000	SEDESE
073	AÇÃO NOVA	Formação, armazenamento e distribuição de sementes crioulas e varietais	Inclusão de ação destinada a instituir campos de produção de sementes crioulas, adaptadas às intempéries climáticas, equipados com infraestrutura de irrigação; implementar ou adaptar bancos de sementes crioulas; desenvolver ações de capacitação sobre conservação, produção e melhoramento de sementes crioulas; e promover intercâmbios entre comunidades, agricultores e agricultoras familiares que utilizam essas sementes, nos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e vale do Rio Doce, com meta física (60, cada) e financeira (R\$60.000,00, cada).	300.000	SEDESE
151	4580	Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social	Acréscimo de recursos para a execução do Projeto Protagonismo LGTBI, visando à capacitação de multiplicadores para o desenvolvimento de ações em todos os territórios do Estado (despesas correntes).	200.000	SEDESE
122	1056	Implantação de Barramentos – Pequenas Barragens	Acréscimo de meta física e financeira nos Territórios Alto Jequitinhonha e Mucuri, para a Construção de 12 Reservatórios em Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado, sendo três em cada um dos municípios listados: <ul style="list-style-type: none"> Alto Jequitinhonha: Capelinha (3 Reservatórios), Minas Novas (3 Reservatórios), Turmalina (3 Reservatórios); Mucuri: Angelândia (3 Reservatórios) (despesas de capital). 	518.364	SEDINOR

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
122	4608	Implantação de Tecnologia Social e Conscientização Ambiental em parceria com as Escolas Família Agrícola	Acréscimo de recursos para a implantação da infraestrutura de saneamento básico necessária ao funcionamento das escolas família agrícola situadas na área de atuação da Sedinor. Tal implantação deve priorizar soluções acessíveis, como as tecnologias sociais, que possam ser aprendidas e aplicadas pelos próprios estudantes e, dessa forma, replicadas em suas comunidades (despesas correntes).	330.000	SEDINOR
191	AÇÃO NOVA	Fortalecimento das Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis	Inclusão de ação destinada a fortalecer as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis por meio de: capacitação desses trabalhadores; produção de material gráfico; melhoria de infraestrutura com equipamentos para o incremento da reciclagem (caminhão, prensa, balança, empilhadeiras, triturador de papéis, outros); medidas para melhoria da saúde ocupacional (EPIs e vacinação); assistência técnica e campanhas de mobilização social, com meta física (5) e financeira (R\$250.000,00) no Território Multiterritorial.	250.000	FEAM
191	4517	Bolsa Reciclagem	Alteração de finalidade da ação para: promover a redução, a reutilização e a reciclagem de materiais que seriam descartados de forma inadequada em aterros e lixões, contribuindo para a redução dos custos de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos – RSU – e para a inclusão socioproductiva dos catadores de material reciclável, além de fortalecer a operacionalização do comitê gestor do Bolsa Reciclagem por meio da capacitação dos membros, do transporte para a participação em eventos; da garantia de recursos para intercâmbio de experiências; e do desenvolvimento de sistema para o monitoramento dos dados do programa, e acréscimo de meta financeira (R\$130.000,00), no território Multiterritorial para fortalecer a operacionalização do Comitê Gestor do Bolsa Reciclagem, por meio da capacitação dos membros, do transporte para a participação em eventos; da garantia de recursos para intercâmbio de experiências; e do desenvolvimento de sistema para o monitoramento dos dados do programa (despesas correntes).	130.000	FEAM
064	1032	Construção de Reservatórios de Médio e Pequeno Porte	Acréscimo de meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (1 / R\$1.000.000,00) e Médio e Baixo Jequitinhonha (1 / R\$1.000.000,00) para armazenar e distribuir volumes de água aumentando a disponibilidade para o consumo humano e animal, para hortas e pequenas irrigações, visando minimizar os efeitos da seca (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas de capital).	2.000.000	SEAPA
062	4151	Estradas Vicinais	Acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$500.000,00) no Território Multiterritorial, para a readequação de 50 km de Estradas Vicinais, sendo 30 km no município de Minas Novas (R\$ 300.000,00) e 20 km no município de Turmalina (R\$ 200.000,00) (despesas de capital).	500.000	SEAPA
062	1012	Manejo Integrado de Sub-Bacias Hidrográficas	Acréscimo de recursos na ação, para a construção de 40 km de terraços no município de Angelândia, no Território Mucuri, de modo a assegurar a continuidade ao Programa Enxurrada Zero (despesas correntes).	60.000	SEAPA

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
120	4379	Monitoramento Hidrogeometeorológico	Acréscimo de recursos na ação para: - implantação de 3 Estações Fluviométricas Telemétricas (PCD), no Alto Jequitinhonha, ao custo de R\$ 300.000,00; - instalação e operação, ao custo de R\$ 958.254,00, de 8 Pontos de Rede de Monitoramento Integrado de Águas Subterrâneas, sendo 1 no Alto Jequitinhonha, ao custo de R\$120.000,00; 1 no Médio e Baixo Jequitinhonha, ao custo de R\$120.000,00, 1 no Mucuri, ao custo de R\$120.000,00, e 5 no Metropolitano, ao Custo de R\$598.254,00 (despesas de capital).	1.258.254	IGAM
143	4322	Fomento Florestal	Acréscimo de meta física (100) e financeira (R\$300.000,00) no Território Alto Jequitinhonha, para a recuperação de 40 km (100 ha) da Área de Preservação Permanente do Córrego Areão, no município de Capelinha (despesas correntes).	300.000	IEF
125	4639	Formação e Assessoramento a Empreendimentos Solidários	Inclusão da população em situação de rua como público-alvo da ação e acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$50.000,00), sendo a finalidade da ação: capacitar, formar, assessorar, incubar e dar apoio técnico a empreendimentos solidários e pequenos empreendedores, visando a melhoria da organização dos seus negócios, por meio da qualificação da produção e gestão administrativa de forma a torná-los autossustentáveis e autogestionáveis (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	50.000	SEDESE
125	4564	Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos	Acréscimo de meta física (11) e financeira (R\$435.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de 10 Feiras Regionais e 1 Feira Estadual de Economia Popular Solidária (despesas correntes).	435.000	SEDESE
125	4562	Estruturação e Financiamento Solidário de Unidades Produtivas	Acréscimo de meta física (26) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial, sendo R\$40.000,00 destinados ao atendimento da população em situação de rua, sendo a finalidade da ação: proporcionar melhores condições nos processos de produção dos empreendimentos solidários e de pequenos empreendedores do Estado de Minas Gerais, por meio da provisão de equipamentos e insumos, além do apoio para seu financiamento no âmbito da ação (despesas correntes)	100.000	SEDESE
125	4566	Inclusão Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis nas Coletas Seletivas Solidárias	Inclusão do Território Multiterritorial, com meta física (45) e financeira (R\$320.000,00), para promover a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis não organizados e da população em situação de rua e o fomento aos empreendimentos econômicos solidários e às redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	320.000	SEDESE
046	4549	Regularização Fundiária Urbana Plena	Acréscimo do território Metropolitano, com meta física (5) e financeira (R\$30.000,00), para promover a regularização fundiária urbana em consonância com o princípio da função social da propriedade (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	30.000	SECIR
009	AÇÃO NOVA	Assessoramento de Gestão às Agroindústrias Familiares	Inclusão de ação (restaura a Ação 4641) destinada a assessorar as agroindústrias familiares nas dimensões jurídica, tributária, ambiental e sanitária, com vistas à sua regularização e à melhoria de sua gestão, com meta física (10) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial.	100.000	SEDA

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
009	AÇÃO NOVA	Apoio à Estruturação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar	Inclusão de ação (restara a Ação 4642) destinada a apoiar a estruturação das cooperativas da agroindústria familiar, com equipamentos, veículos, softwares e infraestrutura, com meta física (10 e financeira (R\$100.000,00) no território Multiterritorial.	100.000	SEDA
025	4057	Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	Inclusão do Território Alto Jequitinhonha, com meta física (1) e meta financeira (R\$300.000,00), para o desenvolvimento de pesquisa, em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, relativa à produção de azeite e vinho no Alto Jequitinhonha (despesas correntes).	300.000	EPAMIG
059	4257	Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Alteração de finalidade, para incluir a regularização fundiária, e acréscimo de meta física (32) e financeira (R\$280.000,00) no Território Multiterritorial, sem especificação do objeto do gasto (despesas correntes).	280.000	SEDA
059	4131	Apoio a Feiras Livres da Agricultura Familiar	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (45) e financeira (R\$150.000,00), para apoiar a implantação, revitalização e modernização de feiras livres da agricultura familiar e urbana, de maneira a viabilizar os circuitos curtos de comercialização, dinamizar a economia local dos municípios, gerar trabalho e renda para os agricultores por meio do escoamento da produção e contribuir para a segurança alimentar e nutricional sustentável (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	150.000	SEDA
059	AÇÃO NOVA	Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Família Agrícola – EFAs – e de Escolas Técnicas Agrícolas	Inclusão de ação (restaura a Ação 4634) destinada a fomentar e financiar os projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Família Agrícola e de escolas técnicas agrícolas, com o objetivo de oferecer alternativas para sua permanência no campo, promovendo, assim, a sucessão rural, com meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (1 / R\$13.636,00); Caparaó (6 / R\$81.816,00); Mata (1 / R\$13.636,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (6 / R\$481.824,00); Mucuri (2 / R\$27.272,00); Multiterritorial (1 / R\$13.636,00); Noroeste (1 / R\$13.636,00); Norte (2 / R\$27.272,00); Sul (1 / R\$13.636,00) e Vertentes (1 / R\$13.636,00).	300.000	SEDA
059	4209	Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo	Inclusão dos territórios Alto Jequitinhonha, Mata, Médio e Baixo Jequitinhonha, Metropolitano, Mucuri, Norte, Sul e Vertentes, com metas física (2, cada) e financeira (R\$30.000,00, cada) para contribuir para a emancipação produtiva e econômica e melhoria da qualidade de vida das mulheres do campo (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	240.000	SEDA
059	AÇÃO NOVA	Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas	Inclusão de ação (restaura a Ação 4622) destinada a realizar uma Feira Estadual da Agricultura Familiar, com o objetivo de fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados, com meta física (1) e financeira (R\$400.000,00) no Território Metropolitano.	400.000	SEDA

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
147	4651	Assessoria Técnica a Municípios e a Entidades da Sociedade Civil Que Promovem o Acesso à Moradia de Interesse Social	Acréscimo de meta financeira (R\$29.000,00) e redução de meta física para 15, no Território Multiterritorial para apoiar municípios e entidades da sociedade civil que promovem o acesso à moradia de interesse social para que se viabilize a elaboração de projetos arquitetônicos e dos planos técnicos sociais de habitações urbanas (não houve especificação do objeto do gasto (despesas correntes)).	29.000	SECIR
152	AÇÃO NOVA	Fomento à Apicultura	Inclusão de ação destinada a apoiar a implantação e a consolidação de estruturas de produção de mel e derivados, com estímulo à gestão coletiva, proporcionando a geração de emprego e renda e a segurança alimentar do agricultor familiar, com meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (130 / R\$78.000,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (130 / R\$78.000,00); Mucuri (130 / R\$78.000,00); e Norte (200 / R\$120.000,00).	354.000	SEDA
152	AÇÃO NOVA	Promoção e Desenvolvimento do Artesanato do Norte e do Nordeste de Minas Gerais	Inclusão de ação destinada a Fomentar as políticas voltadas para o artesanato no Norte e no Nordeste do Estado como forma de contribuir para a inclusão social, com geração de trabalho e renda. Fortalecer as organizações coletivas e minimizar a informalidade dos artesãos. Desenvolver parcerias para a capacitação de artesãos. Apoiar a promoção/comercialização em feiras/exposições e, assim, contribuir para o aumento do PIB dessas regiões. Reconhecer a importância da atividade artesanal e valorizar o artesão por meio da entrega da carteira nacional do artesão, com metas físicas e financeiras nos territórios Alto Jequitinhonha (50 / R\$50.000,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (100 / R\$100.000,00); Mucuri (50 / R\$50.000,00); e Norte (50 / R\$50.000,00).	250.000	IDENE
034	4094	Regionalização e Descentralização das Políticas de Turismo	Acréscimo do Território Alto Jequitinhonha, com meta física (5) e financeira (R\$180.000,00), para a realização de quatro atividades do Projeto "Escola na Trilha" (R\$60.000,00) e para a contratação de consultoria especializada no apoio à estruturação de projetos de produção associada ao turismo (R\$120.000,00). A emenda propôs, ainda, a exclusão do território Multiterritorial, com a transferência de meta financeira para o Alto Jequitinhonha. Dessa forma, houve cancelamento de R\$11.327,00, na mesma ação, e R\$168.673,00, da Reserva de Contingência. (despesas correntes).	180.000	SETUR
034	4092	Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo	Acréscimo de recursos na ação, para a realização de atividades de capacitação de profissionais para receber pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos atrativos turísticos do Estado (despesas correntes).	100.000	SETUR
079	4185	Elaboração de Projetos de Engenharia	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Metropolitano, para a elaboração de projeto de engenharia para a adequação/duplicação da Rodovia MG-005, no trecho entre a Avenida José Cândido da Silveira e o Anel Rodoviário, com extensão de 2 quilômetros (despesas de capital).	200.000	DEERMG

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
079	AÇÃO NOVA	Recuperação e readequação da BR-367	Inclusão de ação destinada a realizar ações e destinar recursos, com o objetivo de readequar a BR-367, incluindo, mas não se limitando: a assinatura de convênio/cooperação técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, visando a assunção de trechos hoje sob jurisdição federal; a recuperação e adequação de capacidade de trechos pavimentados; a pavimentação de trechos ainda não pavimentados; a instalação de postos de fiscalização, de praças de pesagem e de radares de velocidade; melhorias e adequações viárias dos trevos de acesso; e melhoria na sinalização vertical e horizontal (notadamente nos trechos com maiores índices de acidentes), com prioridade dos trechos no Território Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	DEERMG
170	AÇÃO NOVA	Promoção e Desenvolvimento do Artesanato de Minas Gerais	Inclusão de ação (restaura a Ação 4462) destinada a Fomentar as políticas voltadas para o artesanato/artesão nos 17 territórios de desenvolvimento, contribuindo para a inclusão social, com geração de trabalho e renda. Fortalecer as organizações coletivas, minimizando a informalidade dos artesãos. Desenvolver parcerias para a capacitação de artesãos. Apoiar a promoção/comercialização em feiras/exposições, contribuindo para o aumento do PIB do Estado. Reconhecer a atividade artesanal e o artesão por meio da entrega da carteira nacional do artesão, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	SEDECTE S
003	4003	Perícias Técnico-Científicas	Acréscimo de recursos na ação, para a aquisição de equipamentos (computadores e mobiliário específicos) para o Instituto Médico Legal de Belo Horizonte e Postos de Perícia Médico-legais do Estado (R\$300.000,00), para o Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, e para a Instalação de Laboratórios no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte (R\$200.000,00) (despesas de capital).	500.000	PCMG
004	2003	Gestão da Infraestrutura Predial	Inclusão dos territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, com metas física (1, cada) e financeira (R\$200.000,00, cada), para a implantação de duas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, sendo uma no Território Médio e Baixo Jequitinhonha (R\$200.000,00) e outra no Mucuri (R\$200.000,00) (despesas de capital).	400.000	PCMG
029	4055	Gestão do Risco de Desastres	Acréscimo de recursos na ação, para a aquisição de dois caminhões-pipa para estruturação da capacidade de resiliência dos municípios, no Território Mucuri (despesas de capital).	531.382	Gabinete Militar do Governador
029	AÇÃO NOVA	Comando e Gerenciamento de Desastres no Estado	Inclusão de ação destinada a criar e estabelecer Centros Integrados de Gerenciamento e Ações em Desastres em cada regional do Estado de Minas Gerais, com vistas à realização de ações de enfrentamento da seca nas regiões Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	Gabinete Militar do Governador

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R\$1,00)	UO
110	4271	Policimento Ostensivo Geral	Acréscimo de recursos na ação, instalação de uma “Base de Segurança Comunitária” com duas motocicletas e tecnologia e equipamentos associados, no município de Teófilo Otoni (despesas de capital).	280.000	PMMG
203	4579	Prevenção Social às Violências e Criminalidades	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização de uma rodada de fóruns, privilegiando a participação dosicineiros e as temáticas propostas (conceito de segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade e, especificamente, o enfrentamento à violência em razão de gênero (despesas correntes).	200.000	SESP
070	2037	Divulgação Governamental	Acréscimo de recursos na ação, para realizar campanhas publicitárias e outras ações educativas permanentes que alcancem toda a sociedade e que contribuam para a inclusão social da população em situação de rua, promovendo a cultura do respeito, da ética e da solidariedade, e rompendo com toda forma de preconceito e discriminação. (despesas correntes) (carimbo – dedução na própria ação).	200.000	SEGOV
040	4157	Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de pesquisa e diagnóstico sobre a população em situação de rua no Estado. (despesas correntes).	200.000	FJP
TOTAL				20.000.000	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Listagem das Propostas de Ação Legislativa (PLEs) aprovadas em 2018 para o exercício de 2019:** a partir de sugestões populares. Disponível em <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/2016-2019/2019/emendas/documentos/Listagem-das-Ples-2018-para-o-exercicio-2019.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.